

Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 1, Número 2, Dez. 2012

A ORDEM DO DISCURSO FOUCALTIANA: UMA REFLEXÃO SOBRE CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS RELATIVAS À HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA, LITERATURA E PRÁTICAS CRÍTICAS



THE FOUCAULDIAN ORDER OF DISCOURSE: A REFLECTION ON THE PHILOSOPHICAL CONTRIBUTIONS RELATING TO THE LITERARY HISTORIOGRAPHY, LITERATURE AND CRITICAL PRACTICES

Pâmela Cristina Damasceno dos Santos
UFRGS

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [A AUTORA](#)
RECEBIDO EM 10/11/2012 • APROVADO EM 18/12/2012

Resumo

Em face do império de uma rede de práticas discursivas, em uma conjuntura social na qual os discursos se erigem revestidos por 'poderes' e 'perigos', o conhecimento perderia sua legitimidade se destituído da áurea de poder que, inevitavelmente, o atravessa. Inscrito nesse contexto, o lócus do verdadeiro, tão-somente, refrata uma perspectiva gerada pelos discursos – os enunciados vigentes delimitam seus contornos a partir de construções

historicamente instituídas e legitimadas, saberes cristalizados que, sustentados por um sistema de instituições, fundamentam as práticas sociais. Os efeitos desse dispositivo de saber discursivo se projetam sobre o homem, configurando uma verdadeira violência discursiva, impondo-lhe mecanismos de interdição, coerção e assujeitamento às regras de controle desses discursos hegemônicos. Tendo em vista as considerações aludidas, o presente trabalho propõe-se a analisar as contribuições oferecidas por Foucault no que tange à transição para um novo episteme, episteme antifundacionista, ademais de construir uma reflexão acerca da compreensão desses processos de legitimação de conceitos e práticas discursivas para o campo dos estudos de Literatura. Valendo-nos do aporte teórico aludido, o artigo em questão propõe-se, igualmente, a repensar questões relativas às práticas críticas na academia, ampliando um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em curso.

Abstract

Due to the prevalence of a network of discursive practices, in a social conjuncture in which discourses are built surrounded by 'powers' and 'dangers', knowledge would lose its legitimacy if destitute of its power aura that, inevitably, reaches it. In this context, the locus of the real only refract a perspective generated by discourses – the unexpired enunciation delimits its contours from the historically built and legitimated constructions that, based on a system of institutions, are the foundations to social practices. The effects of this dispositive of discursive knowledge are projected over the human, configuring a real discursive violence, imposing interdiction and coercion machinery and subjecting to control rules from these hegemonic discourses. In view of these considerations, the present work intends to analyze the contributions made by Foucault related to the transition to a new antifoundationist episteme, thus constructing a reflection about the comprehension of these legitimating processes of discursive concepts and practices to the field of the Literature studies. With the presented theoretical support, this article proposes to rethink issues related to the critical practice in the academy, amplifying a critical-strategic and reflexive position to the literary systems in vogue.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Saber. Poder. Discurso.

KEYWORDS: Understanding. Knowledge. Power. Discourse. Truth universal. Literary system.

Texto integral

Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1970, p. 17)

Inscritos em uma sociedade na qual os discursos emergem revestidos por poderes e perigos, em que é consabido que todo conhecimento passa pelo discurso, as relações de conhecimento deixam de existir se dissociadas do âmbito do poder que as atravessa. Assim, os saberes tomam forma a partir de redes de práticas discursivas que se munem de poderes, instaurando a proporção direta – “conhecimento sob a forma de poder; poder sob a forma de conhecimento”. Nesse contexto, o discurso é destituído de um suposto véu de transparência que espelha o mundo, configurando-se enquanto veículo do conhecimento e estratégia de poder que, não existindo fora das condições de inteligibilidade, converte-se em objeto investido de desejo, o almejado “poder conhecimento” de que se quer apoderar.

O discurso, então instituído dentro do jogo poder/conhecimento, tem sua produção controlada e distribuída a partir de um número considerável de procedimentos que, ao determinarem as condições de seu funcionamento, delimitam os contornos de mecanismos de interdição e coerção, destinados a conjuram seus poderes e perigos à medida que silenciam a ressonância dos discursos em sua materialidade de coisa pronunciada, evitando, dessa maneira, sua arriscada proliferação.

A regularidade discursiva, cingida pela condição de 'verdade', fruto de uma inerente “vontade de verdade” que remonta a própria história humana, erige-se em torno de contingências históricas, permanecendo sustentadas por um sistema de instituições. O ‘conhecimento’, compreendido enquanto acúmulo de alegações e afirmações, inscreve-se, nesse contexto, no âmbito do verdadeiro, reflexo de uma

‘verdade’ tão relativa quanto forem os discursos sobre ela, atestando vigência de um amplo conjunto de construções histórico-discursivas institucionais.

Nesse sentido, as instituições fazem às vezes de instâncias de controle, a fim de dominar os poderes que emanam dos discursos, bem como da condição estratégica por eles conformada. Imersos nessa realidade, os discursos convergem de modo a gerar as condições de firmamento das ideias (efeitos discursivos), responsáveis por fundamentar à lógica que rege o sistema social. O homem, que se configura à luz desse processo, então constituído enquanto efeito da linguagem na construção de suas significações – constituído, portanto, *na e pela* linguagem – passa a ser assujeitado aos vários tipos de sistemas de exclusão e a essas regras de controle discursivos.

Partindo das constatações elucidadas, Foucault elimina a relação “razão/ liberdade”, pilar do racionalismo moderno, uma vez que, nessa tessitura social, faz-se nítido que a liberdade encontra-se interdita e o sujeito nunca é soberano, sempre encontrar-se-á assujeitado a mácula discursiva. Dá-se, assim, um processo de rarefação dos sujeitos que falam, onde determinadas posições devem ser ocupadas (papéis pré-estabelecidos), investindo de poder um seletivo grupo de sujeitos discursivos, diferenciados e diferenciados de outros tantos indivíduos dele destituídos (ainda que não exista lugar de destituição absoluta de poder). Instaure-se o “império” dos dizeres autorizados a ganhar e dar voz as suas pretensas ‘verdades’, refletindo uma institucionalização das falas autorizadas, onde o acesso ao discurso, invariavelmente, conforma-se enquanto instrumento indicativo de pertencimento prévio (classe, status social, nacionalidade).

Os efeitos desse dispositivo de saber discursivo, ao denunciar que nem todas as regiões do discurso são igualmente penetráveis, atestam que algumas posições-sujeito encontram-se investidas das funções de detentoras de certos enunciados valorativos. Nesse contexto, os enunciados vigentes tomam forma a partir construções historicamente instituídas e legitimadas, saberes cristalizados que, reproduzindo seu horizonte de significação ao longo dos séculos, fundamentam as práticas sociais. O indivíduo, então imerso nessa experiência originária, espécie de

domínio a nível pré-discursivo, inevitavelmente, se constituirá envolto nos efeitos produzidos por esses constructos.

Inscrito nessa violência epistêmica, Foucault, imbuído de um fôlego antifundacionista¹, vale-se das proposições aludidas para desvelar o jogo de práticas discursivas que tornou possível erigir, em determinados momentos históricos, um universal de “verdade”. Percebendo a impossibilidade que reside na tentativa de construir um discurso valorativo objetivo, o filósofo destitui a “verdade” de suas atribuições objetivas e universais. A “verdade”, em suma, tão-somente refrata uma perspectiva gerada pelos discursos, não existindo, portanto, verdade objetiva já que todas estão no nível das perspectivas do discurso.

Com base nessas considerações, faz-se possível inferir que a “verdade” não é legitimada por estar no “verdadeiro”, mas sim por refletir uma instância institucional do discurso dominante, então responsável por disciplinar as práticas discursivas e as controlar. Assim, irrompe-se a consciência de que as regras através das quais os discursos funcionam não são universais, mas determinadas historicamente, como um *a priori* da formulação do conhecimento. Desta maneira, Foucault corrobora para que os consagrados conceitos de “representação”, “origem” e “universal”, tidos como orientadores da racionalidade moderna, sejam destituídos da aura valorativa que os envolvia, caindo por terra.

A própria transitividade de todo o valor perde o estatuto de ‘universal’, passando a ser tratada como categoria estabelecida a partir de um viés particularista, o discurso é despojado, portanto, de seu caráter de palavra intransitiva, uma vez que, mesmo o conceito de ‘valor’ é discursivamente construído. Nesse contexto, o poder não pode ser compreendido como reflexo de uma estrutura social, encontrando-se difuso, disseminado, em constante circulação, sendo mais constitutivo do que coercitivo.

A partir dessa nítida percepção acerca dos atos de violência discursivos, violência originária, que emanam das práticas da linguagem, Foucault delimita, utilizando-se das elucubrações tecidas, a transição para um outro episteme², este firmado no discurso (episteme antifundacionista), no qual se dá uma inversão

lógica – o que tomamos por efeito é causa. Assim, o filósofo, bem como Jacques Derrida, rompe com o então conceito de “representação”³, promovendo um deslocamento na história das idéias ao não mais deter-se a análise das representações para alçar o olhar ao próprio discurso - tomado enquanto séries regulares e distintas de acontecimentos.

Dessa maneira, o **discurso** e o **poder** fundamentam os códigos de funcionamento do episteme que se erige, provocando um deslocamento nos estudos tradicionais da história e oportunizando a criação de novos objetos de investigação. A história passa a esboçar o traçado de conjunto heterogêneo de discursos, ora mantendo sua regularidade, ora promovendo rupturas na mesma⁴, onde, não raras às vezes, novos enunciados emergem para romper com as regras discursivas e instaurar a ressonância de outros dizeres.

Inscritas nessa realidade, as formas literárias, encontrando suas condições de possibilidade a partir de momentos históricos e, constituindo-se, portanto, através desse lastro histórico, passam a ser diretamente determinadas pelas diferentes formas de produção material da sociedade, bem como pelos mecanismos de controle por elas produzidos. É justamente nesse sentido que reside a importância da compreensão desses processos de legitimação de conceitos e práticas discursivos para o campo da literatura. A partir da relação “saber/ poder” aludida, faz-se possível, inclusive, ampliar as leituras acerca da própria constituição institucional do Cânone Ocidental.

No que concerne a essa Literatura Ocidental, nos é possível constatar que a mesma, ao inscrever-se em certo horizonte teórico, estabelece seu corpus de proposições no âmbito do já mencionado ‘discurso verdadeiro’. A cultura dela resultante reflete um ‘saber’ pretensamente hegemônico, imbuído de autoridade à medida que se utiliza da ilusão de uma única ‘verdade’. Nessa conjuntura, o espaço europeu apropria-se de práticas discursivas que o assegurem um saber monopolizado, conformando-se enquanto detentores de um poder sobre a forma de conhecimento (e porque não dizer: ‘conhecimento sob a forma de poder’).

Fazendo às vezes de uma espécie de sociedade do discurso (sociedade disciplinar), cuja função é conservar ou produzir enunciados ‘verdadeiros’, a instituição do Cânone Ocidental se constitui firmada na soberania de um constructo discursivo, responsável pela permanência de uma tradição escrita no singular. A partir de uma conscientização no que diz respeito a esses aspectos, nos é possível não apenas perceber a formação desse conjunto de construções discursivas, mas também e, em especial, precisar a maneira como o suporte institucional as sustenta, as repete e as reforça ao longo da história.

Assim, ao situar o discurso no centro da especulação, percebendo que nele confluem ‘violência’ e ‘libertação’, Foucault parte de uma visão genealógica e crítica que nos oportuniza apreende-lo em seu poder de constituir domínios de objetos. Nesse sentido, igualmente, nos é permitindo estabelecer a própria regularidade do estatuto do discurso literário que, em não raros os momentos, pode vir a integrar, sob certas condições, seus próprios procedimentos de controle e coerção.

No que concerne às contribuições de Foucault para repensar questões relativas às práticas críticas na academia, faz-se possível mencionar a ruptura que promove em relação à cristalização dos ensinamentos consagrados, instaurando uma **crise letrada**, que consiste, em realidade, em uma crise dos valores dados como sacramentados que, a partir dessa nova visão, passam a ser questionados, projetasse, igualmente, uma crise da autoridade (hierarquia ocidental) que sempre deteve o monopólio das questões relativas ao literário. Contrariando as nossas ilusões, com base nas análises antifundacionistas tecidas, desnatura-se a historicidade de paradigmas culturalmente instituídos, até então tomados enquanto representações “naturais”⁵, em um contexto, no qual, o valor deixa de ser intransitivo.

Michel Foucault, assim como Derrida, percebe que estamos assujeitados, constantemente, a regimes centralizadores de leituras, portanto, não há uma real correlação entre ‘razão’ e ‘liberdade’, Com isso, atesta-se a necessidade iminente de promover uma descentralização em nossas perspectivas de leitura, ampliando um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em

curso. A existência do firmamento de uma leitura ocidental da sociedade letrada, marcada pela ultravalorização desse discurso literário em detrimento de outros discursos, começa a ser refutada, já que se ganha consciência da necessidade manifestada pelo Ocidente em deter uma hierarquia, um discurso valorativo e ‘verdadeiro’, orientado pela máxima do ‘saber’ enquanto ‘poder’.

As práticas críticas na academia, que não podem ser concebidas se dissociadas dos valores, ideologias e práticas sociais que as atravessam, passam a ser questionadas, imersas em uma lógica, na qual, toma fortes contornos um processo de pluralização das diferentes verdades de acordo com os sujeitos. Esse aspecto significa uma *redemocratização dos estudos literários*, seguida da implicação do reconhecimento das diferenças. Nesse momento, a produção do conhecimento passa a ser questionada, sendo possível pensar os textos fora da institucionalização do literário.

A partir da transição para esse outro episteme, previsto por Foucault, em que é colocado em cheque o estabelecido, promove-se uma ruptura epistemológica em relação a todo lócus particularista do pensamento hegemônico, desarticulando a violência do ‘saber/ conhecimento’ que legitima a soberania européia. Diversificam-se, dessa maneira, as formas de produzir conhecimento, enfraquecendo territórios homogêneos e hegemônicos.

Faz-se possível reconhecer um desbordamento das diferentes barreiras do literário, aspecto que culmina com a inclusão de objetos tradicionalmente definidos como “não literários”, nesse momento, cai por terra qualquer tentativa de valoração tradicional. O alargamento das fronteiras do literário pode ser percebido, em especial, a partir da adoção de práticas interdisciplinares⁶.

Em suma, o ideário foucaultiano, sendo contrário à racionalidade moderna, auxilia-nos a pensar acerca das construções sócio-histórico discursivas, abalando a produção etnocêntrica do conhecimento, ao passo que descoloniza e desierarquiza culturas. À medida que rompe com o pensamento ontológico, liberta-nos do engessamento institucional e amplia substancialmente as nossas perspectivas de

leituras – processo que pode ser percebido no campo literário, principalmente, a partir da intensificação de uma visão crítica sobre a apologia do Cânone Ocidental.

Tendo em vista que a perspectiva a partir da qual se lê os textos literários é a própria história, valendo-nos do corpus de considerações tecidas, hoje, nos é possível compreender essa mesma história como um conjunto coerente e transformável de modelos e de instrumentos conceituais. Faz-se, igualmente, inerente a percepção de uma importância no que tange as trocas e interlocuções no campo da literatura, procedimentos então capazes de atuar no interior dos complexos sistemas de controle e coerção, oportunizando-nos, a cada espaço da história, a reflexão acerca da construção dos discursos juntamente com os saberes e poderes por eles projetados.

Notas

¹ Contra a racionalidade moderna.

² Noções que vão configurar certas formas de conhecimento.

³ A desconstrução joga em descrédito a ideia de representação, de que o signo representa a ideia, a partir dela é questionada a produção de conhecimento nas Ciências Humanas.

⁴ Acontecimento discursivo – discursos tratados como séries homogêneas ainda que descontínuas.

⁵ O “**Natural**” já é o efeito de uma construção discursiva; não é dado *a priori* como fundante pré-discursivo, “originário”, reflete sempre uma construção cultural. A naturalização de conceitos espelha a construção de uma estrutura sócio-histórico hegemônica, legitimada como um regime de verdade. Há uma violência no que diz respeito aos mecanismos de cultura acumpliciados com uma naturalização dos constructos discursivos.

⁶ Experimento pedagógico, responsável por gerar um ‘entre lugar’; amálgama disciplinar, transdisciplinar.

Referências

DERRIDA, Jacques. **A escrita e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

Para citar este artigo

SANTOS, Pâmela Cristina Damasceno dos. A ordem do discurso foucaltiana: uma reflexão sobre contribuições filosóficas relativas à historiografia literária, literatura e práticas críticas. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 1., n. 2., Dez. 2012, p. 200-209.

A Autora

Pâmela Cristina Damasceno dos Santos é graduada em Licenciatura em Letras Português - Espanhol pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Hoje é professora de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas, além de intérprete e tradutora. Atualmente, desenvolve estudos na área de Literatura Comparada, esboçando os contornos entre Literatura e Filosofia, atuando como discente do Programa de Pós-Graduação da UFRGS.